

O PAPEL DO USO DE METÁFORAS NA LUTA POR NOVOS DIREITOS

Livio Osvaldo Arenhart¹

Sumário: Introdução. 1 Desconstrução do conceito tradicional de metáfora. 2 Concepção neopragmatista da linguagem e da metáfora. 3 Uso de expressões metafóricas e remodelação do tecido de nossas crenças. 4 Metáfora e verdade. 5 Genialidade, metáfora e invenção de novos direitos. Conclusão. Referências

Resumo: Expõe-se neste texto o conceito neopragmático de metáfora, como foi estabelecido por Nietzsche, Davidson e Rorty, e argumenta-se a favor da conveniência do uso de metáforas nos movimentos sociais de luta por novos direitos.

Palavras-chave: linguagem - metáfora - novos direitos

Abstract: The new-pragmatic concept of metaphor as established by Nietzsche, Davidson and Rorty is discussed in this article and arguments are directed in favor of the appropriateness of the use of metaphors in social movements that struggle for new rights.

Key-words: language - metaphor - new rights

Introdução

Este é um texto de filosofia da linguagem, de caráter expositivo, enquadrado no campo de pensamento do neopragmatismo contemporâneo². Nele, pressupõe-se que, na atualidade, a conquista política de novos direitos por um grupo emergente se faz simultaneamente à constituição da identidade social desse grupo, o que, por sua vez, requer que ele “tome a palavra”, a fim de exigir para si direitos que não teve anteriormente. A “autoridade semântica” sobre si, por parte de um grupo social, é condição de possibilidade para a construção de uma outra identidade moral para si mesmo e para a sociedade (RORTY apud GHIRALDELLI Jr., 1999, p. 66). Na

¹ Doutor em Filosofia - PUCRS. Professor do programa de pós-graduação em direito - Mestrado, da URI; coordenador do Curso de Pedagogia do *campus* Santo Ângelo, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões; professor do Instituto Estadual de Educação Odão Felipe Pippi.

filosofia contemporânea da linguagem, particularmente em sua vertente neopragmática, é admitido que essa autoridade semântica de um grupo sobre si pode ser construída, de modo eficaz, pela “re-descrição de nós mesmos, dos outros e do mundo”, pela apresentação de narrativas e metáforas (GHIRALDELLI Jr., Op. Cit., p. 61-62)³. Com isso, justifica-se a conveniência de pensar a articulação entre luta por direitos e uso de metáforas.

1 Desconstrução do conceito tradicional de metáfora

Para explicitar o papel do uso de metáforas na invenção de direitos, cabe rejeitar inicialmente o conceito tradicional de metáfora. Em sua definição tradicional, a metáfora é algo assim como uma imagem vestindo uma idéia ou uma cobertura de um bolo. Segundo tal entendimento, a metáfora tem “duas faces: um conteúdo poético e um conteúdo subjacente, literal – um certo significado que revelaria a intenção subjacente do autor” (GHIRALDELLI Jr., 2002, p. 72); “seria a maneira de descrever as coisas de uma forma que, uma vez clarificada, analisada, traria a verdade, o essencial. A metáfora teria uma mensagem a ser decodificada, ... teria um conteúdo cognitivo, podendo ser explicada”. (GHIRALDELLI Jr., 2006, p. 5).

A noção tradicional de metáfora opunha ao sentido literal das palavras e sentenças um “outro sentido”, chamado “sentido metafórico”. Donald Davidson, um dos melhores representantes do neopragmatismo contemporâneo, ataca a afirmação de que “metáfora tem, além de seu sentido literal, outro sentido ou significado” (DAVIDSON, 2001, p. 245). Não há na metáfora a distinção e oposição entre sentido ou significado (*sense or meaning*) literal e sentido ou significado não-literal (Id. p. 245). “As metáforas significam o que significam as palavras em sua interpretação mais literal, e nada mais” (Id. p. 245). “Uma metáfora nada diz fora de seu significado literal (e quem a constrói nada diz fora do literal, ao usá-la)” (Id. p. 246). Richard Rorty, subscrevendo essa tese de Davidson, comenta que, para este, é errado interpretar a expressão “uso metafórico da linguagem” como se ela indicasse que em nossa linguagem está já simplesmente dada (*vorhanden*) uma multidão de “significados metafóricos”, ao lado da multidão de “significados literais”. Em

consonância com Davidson, Rorty escreve que, de acordo com a concepção tradicional, “a metáfora não pode ampliar o espaço lógico, pois aprender a linguagem é ter aprendido já todas as possibilidades da metáfora assim como todas as possibilidades de fato” (RORTY, 1993, p. 30)⁴. Assim, de acordo com a concepção tradicional, a linguagem não muda mediante a invenção de metáforas, pois, no quadro dessa concepção, a fala metafórica não é entendida como invenção, mas simplesmente como “utilização de instrumentos já disponíveis”, para fins heurísticos e ornamentais (Id. Ibid.). Pelo uso de metáforas, nada de efetivamente novo se criaria na linguagem, “pois, mesmo o que não fosse literal, o puramente metafórico, seria apenas um modo diferente de dizer o que, em essência, seria literal” (GHIRALDELLI Jr., 2002, p. 72).

2 Concepção neopragmatista da linguagem e da metáfora

Para entender bem a destruição davidsoniana-rortiana do conceito tradicional de metáfora, convém levar em consideração a concepção neopragmatista de linguagem, a que Davidson e Rorty se filiam. De acordo com essa concepção, “o que há entre linguagem e mundo é o mesmo que há entre todas as coisas do mundo: apenas relações causais. Não há relações representacionais” (GHIRALDELLI Jr., 2002, p. 66).

Uma vez que as descrições do mundo não espelham o mesmo, não tem mais cabimento perguntar se uma descrição é mais ou menos acurada que outras, se re-presenta ou espelha mais ou menos a “realidade” (RORTY, 1988). Uma descrição do mundo “é um ato causal, provocado por outro ato causal, que pretende responder ao mundo de uma maneira melhor ou pior”, a partir de um ponto de vista pragmático (GHIRALDELLI Jr., 2002, p. 66). Conseqüentemente, as palavras estão a nosso dispor do mesmo modo que as ferramentas: “umas servem melhor para algumas coisas e outras servem melhor para outras coisas” (Id. Ibid.).

A concepção causal e pragmática da linguagem não admite a dualidade “essência-aparência” ou, nos termos de Davidson, a “dualidade esquema-conteúdo”

(GHIRALDELLI Jr., 2002, p. 43. 70). Para quem se orienta por tal concepção, não existe algo assim como a característica não-relacional de um X, não existe uma natureza intrínseca, a essência de X. Por isso, não é possível uma descrição de X tal qual X realmente é, “em si”, fora da sua relação com as necessidades, consciência e linguagem humanas (GHIRALDELLI Jr., 2002, p. 43). Conhecer X, ou seja, dispor de uma descrição de X, significa estar apto a fazer algo com X ou para X, significa estar apto a pôr X em relação com outra coisa (Id. Ibid.).

Contrariando até mesmo a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, “Davidson rompe com o pressuposto kantiano de que existe algum tipo de ruptura ‘metafísica’ inviolável entre o formal e o material, o lógico e o psicológico, o natural e o não-natural – em resumo, entre o que Davidson chama ‘esquema e conteúdo’” (RORTY, 1996, p. 231) ⁵. O rompimento com esse pressuposto kantiano implica o abandono da suposição de que a linguagem que falamos atualmente é, por assim dizer, toda a linguagem existente, toda a linguagem de que podemos necessitar. Sem esse pressuposto, também não há mais como legitimar o objetivo que Husserl e muitos filósofos analíticos contemporâneos estabeleceram para a filosofia, que é o de “projetar todo o espaço lógico possível, tornar explícita nossa compreensão implícita do âmbito da possibilidade”, mediante “um labor de clarificação, de tornar explícito, pacientemente, o que tem estado implícito” (RORTY, 1993, p. 29).

Por outro lado, o projeto cientificista que atribui à Filosofia a tarefa de “tornar explícito um esquema, ou um núcleo de possibilidades permanente e neutro, situado no transfundo⁶ de todas as nossas indagações e práticas”⁷, é invalidado pelo conceito neopragmático de “significado”⁸. De acordo com esta concepção, os significados das expressões lingüísticas “não são essências platônicas nem *noemata* husserlianos, mas antes padrões de uso habitual – o que Sellars denomina ‘papéis lingüísticos’” (RORTY, 1993, p. 31).

De acordo com esta concepção, que remonta a Quine⁹, o âmbito dos significados ou padrões de uso habitual é “uma área ‘clareada’ relativamente pequena na floresta do uso, uma área cujos limites se estendem e ganham constantemente” (RORTY, 1996, 225-226). Segundo Quine, “as extensões internas da ciência, elegantemente formuladas, são um espaço aberto na floresta tropical, mediante a eliminação de tropos”, isto é, de metáforas, metonímias e sinédoques (apud RORTY,

1996, 225-226). Quine distingue conceitualmente o crescimento da linguagem (e nossa aquisição dela) pelo uso de tropos do refinamento posterior, que é o próprio discurso cognitivo.

Neste ponto, Quine é seguido por Davidson: “A metáfora pertence exclusivamente ao âmbito do uso” (DAVIDSON, Op. Cit. p. 246)¹⁰. Para Davidson, há uma estrita distinção entre significado e uso (RORTY, 1993, p. 30). Também para ele, “significado” só tem um papel “dentro dos limites bastante estreitos (ainda que mutantes) da conduta lingüística regular e predizível – os limites que delimitam (temporalmente) o uso literal da linguagem” (RORTY, 1996, p. 225). Levando isso em conta, compreendem-se as afirmações do tipo: “A metáfora pertence exclusivamente ao âmbito do uso” e “Devemos deixar de lado a idéia de que uma metáfora transmite uma mensagem, de que tem um conteúdo ou significado (exceto, desde logo, seu significado literal)” (DAVIDSON, Op. Cit. p. 246. 259). Com base nisso, compreende-se que Davidson tenha atacado “a tese de que a metáfora leva associado um conteúdo cognitivo definido que seu autor deseja expressar” (Id. p. 261). De acordo com Rorty, dizer que a metáfora “pertence exclusivamente ao âmbito do uso” é o mesmo que dizer que, “como as metáforas (enquanto continuam vivas) não são parafraseáveis, estão fora da zona clareada”, fora do âmbito do conceitualmente clarificado ou explicado (RORTY, 1996, p. 226).

Cumprir notar que, para reconhecer ao uso de metáforas um papel criador, não é necessário adotar essa oposição conceitual de Quine e Davidson, entre significado e uso. Os pensadores que concebem a linguagem como uma rede, consideram significado e uso como co-extensivos; deste pressuposto deriva que “o uso de um predicado em uma situação nova, em princípio, muda, ainda que pouco, o significado de toda outra palavra e frase da linguagem” (HESSE apud RORTY, 1996, p. 226). De acordo com esta concepção, a mudança imperceptível, mas contínua do significado, é comparável aos efeitos gravitacionais dos movimentos de partículas muito pequenas e distantes. Os físicos não devem dar atenção às perturbações acessórias e centrar-se nas regularidades relativamente notáveis e duradouras; paralelamente, Davidson e seguidores pensam que os atuais limites daquelas regularidades fixam os limites atuais da zona aberta do “significado”. Desse modo, parecem reduzir a semântica à explicação do sentido padrão das expressões lingüísticas. (RORTY, 1996, p. 226) Logo, as metáforas se situam fora do alcance da

semântica (Id. p. 224). Pertencem ao âmbito da pragmática.

Acerca disso, Rorty escreve:

Davidson nos permite conceber as metáforas segundo o modelo dos acontecimentos não conhecidos no mundo natural – causas de mudança de crenças e desejos – em vez de segundo o modelo das representações de mundos não conhecidos, mundos que são ‘simbólicos’ em vez de ‘naturais’. Assim nos convida a conceber as metáforas que tornam possíveis teorias científicas novas como causa de nossa capacidade de conhecer mais acerca do mundo, em vez de como expressão do conhecimento. Com isso nos permite conceber outras metáforas como a causa de nossa capacidade de fazer muitas outras coisas – por exemplo, ser pessoas mais cultas e interessantes, emanciparmos da tradição, transvalorar nossos valores, receber ou perder a fé religiosa – sem ter que interpretar essas capacidades como funções de uma maior capacidade cognitiva (RORTY, 1996, p. 224. O grifo é meu).

Além disso, a concepção davidsoniana nos ajuda a compreender “o papel que desempenham em nossa vida as expressões metafóricas que não são sentenças – pedaços de poesia que causam calafrios em nós, expressões não-sentenciais que se repetem incessantemente, e que mudam a nós e nossas pautas de ação, sem nunca chegar a expressar crenças ou desejos” (RORTY, 1996, p. 224). Em consonância, escreve Ghiraldelli Jr.:

Quem lança uma metáfora está interrompendo bruscamente uma conversa “o suficiente para fazer uma careta, ou tirar uma foto do bolso e mostrá-la, ou apontar para uma característica dos arredores, ou esbofetear o rosto do interlocutor, ou beijá-lo”. “Jogar uma metáfora em um texto é tal como usar um itálico, ou ilustrações ou pontuar e conformar o texto de uma maneira esquisita” (RORTY, R. “The Contingency of Language”. In: GOODMAN, R. B. (ed.). *Pragmatism – A Contemporary Reader*. Nova York/Londres: Routledge, 1995, p. 119). O autor da metáfora está ainda lidando com palavras, mas de um modo que não esperamos. (GHIRALDELLI Jr ., 1999, p. 59; 2002, p. 74)

Tudo isso são maneiras de produzir efeitos em seu interlocutor ou leitor, mas não são modos de transportar uma mensagem (GHIRALDELLI Jr ., 2002, p. 74).

3 Uso de expressões metafóricas e remodelação do tecido de nossas crenças

Como Davidson e Rorty as definem, metáforas não podem ser

compreendidas ou interpretadas, se “compreender” ou “interpretar” significa “situar sob um esquema antecedente”. Mas, se estendemos as noções “compreender” e “interpretar” para que signifiquem algo como “fazer uso de” ou “fazer frente a”, podemos dizer que “consequimos compreender as metáforas da mesma forma que chegamos a compreender fenômenos naturais anômalos”. Como fazemos isso? Revisando nossas teorias para que incorporem o material novo. Interpretamos as metáforas no mesmo sentido em que interpretamos semelhantes anomalias – incorporando possíveis revisões em nossas teorias que possam ajudar-nos a fazer frente às surpresas (RORTY, 1996, p. 229-230).

A teoria de Davidson justifica a tese de que a metáfora não é uma mensagem, não tem conteúdo cognitivo a ser decodificado, não pode ser parafraseada. Como não há nenhuma informação oculta na metáfora que deva ser explicitada, não faz sentido parafraseá-la (DAVIDSON, Op. Cit. p. 246). A metáfora não leva associado um conteúdo cognitivo definido que seu autor deseja expressar; ela não faz seu trabalho em virtude de ter um significado especial, um conteúdo cognitivo específico (Id. p. 260). Ou seja, a metáfora não nos conta coisa alguma, não responde a uma pergunta previamente formulada (RORTY, 1993, p. 31).

Acerca das tentativas de dar um “conteúdo cognitivo” às metáforas, Davidson disse ainda o que segue: “não há um limite para aquilo sobre o qual a metáfora chama nossa atenção, e uma grande parte do que chegamos a nos dar conta não tem um caráter proposicional. Quando nos ocupamos de descrever o que ‘significa’ uma metáfora, somos obrigados a reconhecer que o que queremos mencionar não tem fim” (DAVIDSON, Op. Cit. p. 261). Não é possível construir um “catálogo exaustivo daquilo que temos prestado atenção quando nos fez ver algo sob nova luz” (Id. Ibid.). Ao se tentar explicar uma metáfora, “certamente corre-se o risco de fazer alguma construção teórica sofrível, de mau gosto” (GHIRALDELLI Jr., 2006, p. 5). Como ato inusitado no meio do processo comunicacional, “embora tenha efeitos de grande impacto sobre o ouvinte, não pretende lhe dizer coisa alguma” (Id. Ibid.).

Mas, como viu Rorty (1996, p. 230), certas passagens dos textos de Davidson parecem avalizar a idéia de que as metáforas têm um “conteúdo cognitivo”. Por exemplo: “Muitas vezes as metáforas nos fazem reparar em aspectos das coisas

para os quais antes não prestávamos atenção; sem dúvida, apresentam à nossa atenção analogias e semelhanças surpreendentes” (DAVIDSON, Op. Cit. p. 260). Neste mesmo texto, Davidson prossegue dizendo que as metáforas “proporcionam uma espécie de lente ou filtro, mediante a/o qual contemplamos o fenômeno em questão”. Rorty explica:

O mesmo pode ser dito acerca dos fenômenos não-lingüísticos anômalos... Estes não nos dizem (literalmente) coisa alguma, mas nos fazem perceber coisas e começar a buscar analogias e semelhanças. Não têm um conteúdo cognitivo, mas são responsáveis por uma multidão de conhecimentos. Pois, se não tivessem surgido, não nos teríamos animado a formular e fazer uso de sentenças que têm esse conteúdo (1996, p. 230. O grifo é meu).

Se abandonarmos a idéia de que a metáfora transmite uma mensagem, podemos ver que as diversas teorias sobre “como funcionam as metáforas” não proporcionam um método para decifrar um conteúdo codificado¹¹, mas nos dizem ou têm a intenção de dizer algo “acerca dos efeitos que as metáforas produzem sobre nós”, efeitos que são “mais psicológicos que lógicos”, “efeitos de grande impacto sobre o ouvinte” (DAVIDSON, Op. Cit. p. 260; RORTY, 1996, p. 231; GHIRALDELLI Jr., 2006, p. 5). Se, no uso de metáforas, são produzidos “efeitos mais exóticos, mais profundos e graciosamente astutos, aparentemente inesperados e sutis”, todavia, “a surpresa e a novidade que normalmente estão associadas à metáfora não constituem sua explicação ou definição” (DAVIDSON, Op. Cit. p. 246.251-252). A metáfora “é algo que, quando dito, deve receber exclamações da maioria das pessoas, deste tipo: ‘Nossa, que coisa incompreensível, que coisa louca!’; ou ‘puxa, isso não tem significado algum’, ou ainda, ‘essa pessoa fala por metáforas, talvez ela esteja querendo dizer algo, talvez não’” (GHIRALDELLI Jr., 2002, p. 76; 1999, p. 60-61.65-66). A propósito, Davidson começou seu texto mais famoso, *What metaphors mean?*, com a metáfora “A metáfora é o sonho (*dreamwork*) da linguagem”, incitando, dessa forma, o leitor a participar de um “empenho criativo” (Op. Cit., p. 245).

Mais uma vez, Rorty explica:

Para Davidson, a ruptura entre, de um lado, o âmbito do significado e do conteúdo cognitivo (o âmbito no qual é útil falar de normas e intenções), e, de outro lado, o âmbito dos meros estímulos, tal ruptura é justamente a ruptura pragmática e temporal entre estímulos cuja aparição é mais ou menos predizível (em razão de uma teoria antecedente) e estímulos que não o são – uma ruptura cuja localização muda à medida que muda a teoria e que, simultaneamente, metáforas novas se dissolvem na literalidade (1996, p. 231).

Partindo dessa distinção de Davidson, Rorty fala da metáfora como “o ponto de crescimento da linguagem” (RORTY, 1993, p. 28). A filosofia clássica fala de duas fontes de conhecimento: a percepção sensível e a inferência lógica. A percepção muda nossa rede de crenças, introduzindo nela uma crença nova. A inferência muda nossas crenças, fazendo-nos ver que nossas crenças anteriores nos comprometem com uma crença que não tínhamos tido anteriormente (Id. p. 28-29). Segundo Rorty, mediante a metáfora, junto com a percepção e a inferência, podemos acrescentar uma crença nova a nossas crenças anteriores, remodelando assim o tecido de nossas crenças e desejos (Id. Ibid.). “Conceber as sentenças metafóricas como precursoras de novos usos de linguagem, usos que podem eclipsar ou apagar antigos usos, é pensar a metáfora em pé de igualdade com a percepção e a inferência, em vez de pensá-la como dotada de uma função meramente ‘heurística’ ou ‘ornamental’” (Id. p. 31). Mas a percepção e a inferência “deixam intacta nossa linguagem, nossa forma de decompor o âmbito da possibilidade”; “modificam o valor de verdade das sentenças, mas não nosso repertório de sentenças”, como o faz a metáfora (Id. p. 29).

Admitir que a metáfora é um “terceiro motivo para refazer nossa rede de crenças e desejos”, implica “considerar a linguagem, o espaço lógico e o âmbito da possibilidade como algo aberto” (Id. Ibid.). Sintonizado com o neopragmatismo contemporâneo e também com a fenomenologia hermenêutica de Heidegger, Rorty critica a tradição filosófica por ter desvalorizado a metáfora, “porque reconhecer nela uma terceira fonte de verdade teria posto em perigo a concepção da filosofia como processo que culmina na visão, *theoria*, contemplação do que está *vorhanden*”, isto é, simplesmente dado (Id. Ibid.). Então, aceitar a metáfora como uma “terceira fonte de crenças” é nada menos que “abandonar a idéia de que o objetivo do pensamento é alcançar o ponto de vista de Deus” e assumir que “o conhecimento não é sempre reconhecimento, que a aquisição da verdade não simples questão de encaixar dados em um esquema preestabelecido” (Id. Ibid.). Pois a metáfora “é, por assim dizer, uma voz a partir de fora do espaço lógico ¹², em vez de um enchimento empírico de uma parte desse espaço, ou uma clarificação lógico-filosófica da estrutura desse espaço. É um chamado a mudar a própria linguagem e a própria vida, em vez de uma proposta de sistematização de ambas” (Id. p. 30).

Uma questão conexa diz respeito à possibilidade de as metáforas

funcionarem como razões para as nossas crenças. Esta questão recebe uma resposta afirmativa daqueles pensadores que aceitam que as metáforas transmitem informação. Como Davidson não pertence a tal grupo, sua resposta a essa questão contém uma matização toda especial, assim formulada por Rorty:

As metáforas podem justificar a crença apenas no mesmo sentido metafórico em que se pode 'justificar' uma crença não citando outra crença, mas utilizando uma não-sentença para estimular os órgãos sensoriais do interlocutor – esperando com isso motivar seu assentimento a uma sentença (como quando alguém ostenta uma fotografia comprobatória e pergunta “crês nisso *agora?*”) (RORTY, 1996, p. 233)

Para Davidson e Rorty, como foi visto, a fala metafórica não é simplesmente a utilização de instrumentos já disponíveis, mas é invenção e, como tal, ampliação do espaço lógico. Esta é a razão pela qual esses pensadores rejeitam a tese de que haja à nossa frente, lado a lado, como mercadorias nas prateleiras dos supermercados, múltiplos “significados metafóricos” e “significados literais” (DAVIDSON, Op. Cit. p. 247; RORTY, 1993, p. 30). Para compreender o uso literal de uma sentença em Língua Portuguesa, basta “saber português”. Precisamente por isso denominamo-lo uso “literal”. Mas, de acordo com Davidson, “nada na existência, antes da aparição da metáfora, é suficiente para compreender o uso metafórico. Esta é a razão pela qual o denominamos “metafórico”. (RORTY, 1996, p. 229)

4 Metáfora e verdade

Interessante é a relação neopragmática entre metáfora e verdade. Uma nova metáfora (ainda) não é verdadeira nem falsa. Não tem “valor de verdade”. Como escreveu Ludwig WITTGENSTEIN (1975, p. 210), “se interpretamos, fazemos hipóteses que podem se revelar falsas. ‘Vejo esta figura como um...’ é tão pouco verificável (ou apenas no sentido de) quanto ‘vejo um vermelho brilhante’”. Ainda na mesma página podemos ler: “Poderia haver pessoas que perdessem a capacidade de ver algo como algo (*etwas als etwas*) – e como seria isso?” Davidson adota a distinção wittgensteiniana entre o ver-como (*seeing as*) e o ver-que (*seeing that*) e explica que “a metáfora nos faz ver uma coisa como outra no exato momento em que

um enunciado literal perde seu poder de dizer a verdade... e passa a insinuar e suscitar uma atenção” (DAVIDSON, Op. Cit. p. 262; SILVA FILHO, Op. Cit. p. 41). Davidson diz que “a sentença empregada pela metáfora é usualmente (*usually*) falsa” (Op. Cit. p. 255). Ele mesmo exemplifica: “A sentença ‘O Sr. S. é um porco’, por exemplo, supõe o conhecimento de que o Sr. S. não é um porco” (Id., p. 256). Em geral, uma sentença só é aceita como metafórica quando se a considera como falsa. “O caso usual da metáfora é a falsidade patente” (Id., p. 256). “As sentenças mais metafóricas são patentemente (*patently*) falsas”, diferentes dos símiles, que “são trivialmente verdadeiros. Em uma sentença metafórica, o absurdo ou a contradição garante que não cremos nela e nos convida, sob as condições apropriadas, a tomar a sentença metaforicamente” (Id., p. 256). Mas a metáfora é diferente da mentira, não pelo seu significado, mas pelo seu modo de uso (Id., p. 257-258).

A metáfora está a serviço de “nos levar a dirigir a atenção para algo que, de outro modo, poderia passar despercebido” (Id., p. 255). “Muitas vezes, as metáforas nos fazem notar aspectos das coisas que não tínhamos notado antes” (Id., p. 260). Conseqüentemente, “não há razão, suponho eu, para não dizer que as visões, pensamentos e sentimentos inspirados pela metáfora são verdadeiros ou falsos” (Id., p. 255; SILVA FILHO, Op. Cit. p. 40). Rorty formula uma pequena objeção a Davidson, dizendo que “seria melhor dizer que a maioria das metáforas adota a forma de sentenças que, *prima facie*, parecem obviamente falsas. Sem embargo, posteriormente estas mesmas sentenças podem chegar a ser consideradas literalmente verdadeiras” (RORTY, 1993, p. 30). Em favor dessa sua matização do pensamento de Davidson, Rorty toma um exemplo trivial do próprio texto de Davidson: “era uma vez... que os rios e as garrafas não tinham, como têm hoje, bocas em sentido literal” (RORTY, 1993, p. 30; DAVIDSON, Op. Cit. p. 251).

Uma sentença metafórica não pode ser afirmada nem negada; em relação a ela, não se pode argumentar contra ou a favor (GHIRALDELLI Jr., 2002, p. 75).

“Pronunciar uma frase que não tem um lugar fixo em um jogo de linguagem”, continua Rorty, “é pronunciar algo que não é nem verdadeiro nem falso – algo que não é um candidato a valor de verdade, pois trata-se de uma frase que não é possível de confirmar ou infirmar, uma frase em relação à qual não podemos ir contra nem ir a favor. Só se pode saboreá-la ou cuspi-la. Com isto não se está, porém, a dizer que não poderá, com o tempo, tornar-se um candidato a valor de verdade. Se é saboreada e não cuspada, a frase poderá ser repetida, agarrada, difundida. Exigirá, então, gradualmente, um

uso habitual, um lugar familiar em um jogo de linguagem. Deixará com isso de ser uma metáfora – ou, se se quiser, ter-se-á com isso criado aquilo que a maior parte das frases de nossa linguagem são, isto é, uma metáfora morta. Será apenas mais uma frase da linguagem, literalmente verdadeira ou literalmente falsa” [RORTY, R. “The Contingency of Language”. In: GOODMAN, R. B. (ed.). *Pragmatism – A Contemporary Reader*. Nova York/Londres: Routledge, 1995, p. 119-120] (GHIRALDELLI Jr., 1999, p. 59-60; 2002, p. 75).

A primeira vez que alguém disse “eu só poderia acreditar em deuses que fossem deuses dançantes” (Nietzsche), a resposta geral foi, provavelmente: “deves estar falando metafóricamente”. Mas cem anos depois, essa sentença se tornou candidata à verdade literal. Entretanto, nossas crenças se reenlaçaram para dar lugar a essa verdade, “um processo que não se distingue do processo de mudança do significado das palavras utilizadas nessas sentenças a fim de torná-las literalmente verdadeiras” (RORTY, 1993, p. 30-31)¹³. A contribuição da metáfora ao conhecimento consiste precisamente nisto: “oferecer-nos uma sentença, que somos tentados a ‘literalizar’, mudando os valores de verdade de, por assim dizê-lo, diversas sentenças circundantes” (Id., p. 31). Se esse é o caso, então aquela sentença “deixará de ser uma metáfora” (GHIRALDELLI Jr., 2002, p. 75).

Curiosamente, para tornar-se verdade, a sentença metafórica tem de “dissolver-se na literalidade”, ou seja, tem de morrer (RORTY, 1996, p. 231). Uma cadeia de palavras que antes formou uma expressão metafórica pode chegar a expressar uma verdade, sob a condição de que a metáfora morra na literalidade. Para obter uma teoria satisfatória de como funciona uma metáfora, será preciso matá-la. “Pois semelhante teoria nos oferece uma paráfrase amplamente aceita, e uma metáfora para a qual semelhante paráfrase seja amplamente aceita é precisamente o que entendemos por metáfora morta” (RORTY, 1996, p. 230). Cabe frisar que as metáforas inertes, aquelas que, de evocadoras, passaram a ser clichês, não são mais metáforas, na concepção de Davidson (RORTY, 1996, p. 231). Afinal, a não-parafraseabilidade foi estabelecida por ele como sendo um traço definatório da metáfora.

Tratando dessa questão, Ghiraldelli Jr. lembra que, bem antes de Davidson e Rorty, “foi Nietzsche quem começou a borrar a distinção entre metafórico e literal, a distinção entre ficção e verdade em um sentido correspondentista, pois ousou dizer que a verdade nada mais é que a metáfora morta” (2002, p. 71). Com efeito, no § 1 de *sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral*, um de seus escritos

inéditos inacabados, Nietzsche deixou registrado: “as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas” (NIETZSCHE, 2006, p. 3; MARTON, 2000, p. 208)¹⁴. Também foi Nietzsche que começou a denunciar que, em sua busca da verdade, os filósofos eram psicologicamente motivados pela tendência de fugir da contingência histórica e pelo “desejo de repor a idéia de que existe um mundo estável e permanente e por isso seria possível, ainda nesse mundo contingente, apreender a ‘realidade como ela é’ – verdadeiramente” (GHIRALDELLI Jr., 2002, p. 71)¹⁵.

5 Genialidade, metáfora e invenção de novos direitos

Para que o conhecimento e a moralidade prosperem, é necessário que “alguém utilize a linguagem para fins diferentes ao de tomar iniciativas predizíveis em jogos de linguagem atualmente conhecidos”, alguém que vá além do predizível e, assim, supere o cognitivo e o significativo. Tal é a função do gênio, oposto por Davidson ao “homem de razão” (RORTY, 1996, p. 232). “Não tem que distinguir os gênios dos excêntricos, ou a criatividade do mero exercício do paradoxo, ou a poesia relativamente ao balbucio, antes de ver como foram recebidas as expressões no correr dos séculos” (Id. p. 236). Para discernir, por exemplo, se Antônio Conselheiro foi um gênio ou um excêntrico, há que se ver como foram recebidas as suas palavras pelos seus ouvintes, seguidores e perseguidores. Rorty compara a pergunta davidsoniana “como funcionam as metáforas?” à pergunta “como opera o gênio?”. E arremata: “Se o soubéssemos, o gênio seria supérfluo. Porém se soubéssemos como funcionam as metáforas seriam como as ilusões do mago: questões de diversão em vez de... instrumentos indispensáveis de progresso moral e intelectual” (Id. p. 236). Quando se trata de realizar o que Habermas chama de “interesse emancipatório”, a prosa argumentativa, em função das circunstâncias, pode ser útil. Mas, notoriamente, “as novas metáforas válidas têm feito muito pelos programas emancipatórios morais e políticos radicais” (Id. p. 231).

Com base nessas considerações sobre o uso de metáforas, é plausível

crer que “libertação” e “verdade” não guardam entre si uma relação simples. Ou seja, não é sem sentido levantar suspeitas à interpretação vulgar do anúncio neotestamentário “a verdade vos libertará” (Jo 8,32). Não seria mais apropriado dizer: “as metáforas vos libertarão”? Pois, o novo na história, expresso por metáforas, é “uma quebra, um ato inusitado, um desvio por caminho ainda não traçado...”, e “não é uma rearticulação do velho”, não é algo assim como o “justificado em geral” ou algo que obteve aceitação racional idealizada (GHIRALDELLI Jr., 2002, p. 75; 1999, p. 34-50). Quanto a isso, Rorty sustenta um ponto de vista que se distingue, por exemplo, da teoria habermasiana da verdade como consenso racional, e justifica:

Meu profundo desejo de que todas as coisas sejam completa e maravilhosamente mudadas me impede de dizer que a verdade é aceitabilidade racional idealizada. Afinal, você só pode idealizar o que você já viu. Mas pode ser que haja alguma coisa com a qual você não pôde ainda nem mesmo sonhar (apud GHIRALDELLI Jr., 1999, p. 45. O grifo é meu).

A respeito do novo na história, Ghirdelli Jr. escreve:

É um sonho que sabemos ter tido, mas que não conseguimos “representar”. Um sonho que nos deixou *impressionados*, mas que não possui conteúdo cognitivo, não possui uma mensagem a ser transmitida (...). Um sonho que muda hábitos de ação (Peirce), sem que tenhamos claro e distinto o que está mudando. Trata-se de algo que parece deixar-nos esperançosos, mas com uma esperança que nos põe a imaginar, a criar, exatamente *porque* não “vimos direito” quais eram as “imagens” do sonho. (GHIRALDELLI Jr., 2002, p. 76)

Ghirdelli Jr. fala de lugares “de onde partem as ‘frases loucas’, as metáforas, enfim, as ‘utopias vagas’, os ‘sonhos indescritíveis’” (Id. Ibid). Fala de um lugar de onde as palavras vêm/vieram, mas também de um lugar que as palavras “estão querendo instituir”. Nesses lugares “está surgindo o novo em termos semânticos”. Com a interferência do gênio, do dirigente criativo, do educador atento aos “sinais dos tempos” etc., “esse novo semântico pode talvez apontar para a conquista de direitos; não a conquista de direitos já pensados, mas a invenção de novos direitos”. Há frases que soaram loucas no passado, mas que ganharam ouvidos, foram repetidas e não cuspidas e ajudaram a mudar o mundo” (GHIRALDELLI Jr., 2002, p. 76). “Há direitos jamais sonhados que só podem virar direitos a serem reivindicados quando um novo vocabulário emerge” (GHIRALDELLI Jr., 1999, p. 64).

É preciso salientar, no entanto, que a relação entre “o novo semântico” e

“os novos direitos” é contingente e pragmática. Ela depende da atuação do grupo cuja identidade social e política vai se formando por meio da narrativa histórica e da enunciação metafórica, entre outras “coisas”. Para que possam resultar na criação de novos direitos, as ações “necessitam ser suficientemente fortes para, usando as palavras de Rorty, ‘mudar as reações emocionais instintivas’ – educar, reeducar, em um processo contínuo e infinito” (GHIRALDELLI Jr., 1999, p. 64-65).

Conclusão

Assim, o papel da metáfora se articula a um novo modo de inventar direitos democráticos e de sonhar com um mundo melhor. Construir novas narrativas, “ênfatizando o poder imaginativo das metáforas”, perfaz uma ação cultural, social e política sintonizada com o *Zeitgeist* da contemporaneidade (GHIRALDELLI Jr., 2002, p. 59. 64). A “formulação de uma narrativa e sua divulgação, a criação de uma nova metáfora que não só garanta direitos democráticos *mas que invente* outros direitos já é uma *ação política*”. (GHIRALDELLI, 2006, p. 5. Grifado pelo Autor). O engajamento numa ação política desse tipo contribui com o fortalecimento dos movimentos sociais de luta por direitos. Enunciações metafóricas tais como “deus ressuscitará nossos corpos torturados” (2Mac 7), “o corpo é meu!”, “a terra é dom de deus”, “é bonito ser negro”, “é bom ser gay”, “gordo, e daí?” etc., em seus respectivos contextos de uso originário, apontaram para a ampliação de direitos democráticos jamais pensada antes. Frases como essas permitem que os respectivos grupos oprimidos comecem a ter, como diz Rorty, “autoridade semântica” sobre si mesmos e possam com isso construir uma outra identidade moral para si mesmos e para a sociedade (GHIRALDELLI Jr., 2002, p. 77; 1999, p. 66).

Referências

DAVIDSON, Donald. “Qué significan las metáforas”. In: _____. *De la verdad y de*

la interpretación: Fundamentales contribuciones a la filosofía de lenguaje. Segunda reimpresión. Barcelona: Editorial Gedisa, 2001.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Diferentes, desiguais e desconectados*: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. *Richard Rorty*: A filosofia do novo mundo em busca de mundos novos. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Filosofia da educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. “A teoria educacional no ocidente, entre modernidade e pós-modernidade”. www.scielo.br/scielo.php%3Fscri..., 19/1/2006.

HEIDEGGER, Martin. Sein und Zeit. In *Gesamtausgabe*. I. Abteilung: Veröffentlichte Schriften 1914-1970. Band 2. Vittorio Klostermann – Frankfurt am Main, 1977.

MARTON, Scarlett. *Nietzsche*: das forças cósmicas aos valores humanos. 2 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre verdad y mentira em sentido extramoral*. <http://www.nietzscheana.com.ar>, 2006.

RICOEUR, Paulo. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. *A metáfora viva*. Porto: Rés, 1985.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

_____. *Ensayos sobre Heidegger y otros pensadores contemporáneos*. Barcelona: Piados, 1993.

_____. *Objetividad, relativismo y verdade*. Barcelona: Piadós, 1996.

SILVA FILHO, Waldomiro José da. “Davidson, a Metáfora e os Domínios do Literal” In *Utopia y práxis latinoamericana*, diciembre, año/vol.6, número 015. Universidad del Zulia. Maracaibo, Venezuela, pp. 30-43.

SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. “A harmonia essencial”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 437-

455.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1975.

² Deliberadamente, omite-se aqui a questão do fundamento ontológico não-naturalista da metáfora, como ela é formulada, de maneira exemplar, por Paul Ricoeur (1985; 1987).

³ Supõe-se que a relevância dessa questão seja demonstrável também no marco teórico da “perspectiva intercultural”, na Antropologia, desenvolvido, de modo exemplar, por Néstor García Canclini (2005).

⁴ Sobre o conceito (wittgensteiniano) de espaço lógico, confira SANTOS, 1996, p. 448.

⁵ Rorty considera o ataque de Davidson ao dualismo esquema-conteúdo como paralelo ao ataque de Heidegger ao intento da tradição por “matematizar” o mundo (1993, p. 31).

⁶ Em inglês: *background*; em alemão: *Hintergrund*. O termo remete para a idéia de um “mundo de trás” (*Hinterwelt*), considerado pela metafísica clássica como o fundamento (*Grund*) de todo e qualquer mundo prático e histórico.

⁷ Rorty refere-se expressamente a Carnap e a Husserl: “a busca carnapiana de uma “análise” de significados resulta uma maneira “formal” e “transcendental” errônea de descrever a linguagem. *Mutatis mutandis*, o mesmo pode ser dito do projeto husserliano de ‘fundamentar’ a cultura mediante a inspeção de *noemata*” (1993, p. 31).

⁸ O termo “significado” tem aqui o sentido de “propriedade que alguém atribui às palavras assinalando conexões inferenciais normais entre as sentenças em que são usadas e entre outras sentenças” (RORTY, 1993, p. 31).

⁹ Na definição neopragmática de “significado”, Rorty vincula Davidson a Quine: “Esta definição de significado encerra a concepção de filosofia da linguagem de Quine-Davidson” (Id. Ibid; RORTY, 1996, 225-226).

¹⁰ Valdomiro José da SILVA FILHO (2001, p. 39) comenta: “a metáfora deve ser desvinculada do problema propriamente semântico e vincular-se ao problema eminentemente pragmático. Ou seja, não se deve perguntar pelo significado metafórico, mas pelo uso das palavras e sentenças”. A metáfora não pertence à categoria “aprendizagem de um uso para uma palavra velha” (em que nossa atenção se dirige à linguagem), mas à categoria “uso de uma palavra que já se compreende” (em que nossa atenção se dirige àquilo de que trata a linguagem) (DAVIDSON, Op. Cit. p. 250-251). Não há um significado metafórico, mas uso comunicativo atual metafórico. A metáfora viva existe como ato de fala que surpreende, que cria impacto, pois comunica algo inesperado.

¹¹ “Não há instruções para inventar metáforas; não há um manual para determinar o que uma metáfora ‘significa’ ou ‘diz’...” (DAVIDSON, Op. Cit. p. 245). “Nenhuma teoria do significado metafórico ou da verdade metafórica pode contribuir para explicar como opera a metáfora. A metáfora opera segundo as tramas lingüísticas conhecidas com que operam as sentenças mais

simples” (DAVIDSON, Op. Cit. p. 257). Não é o significado que distingue a metáfora, mas o uso, “e nisto ela é como a asserção, a insinuação, a mentira, a promessa ou a crítica” (Id. Ibid.).

¹² Davidson acentua tanto a exterioridade dos interlocutores (e sua simultânea capacidade de se comunicarem) a ponto de afirmar que: 1) a capacidade de comunicação pela fala “não exige uma gramática ou regras comuns”; 2) “deveríamos abandonar a intenção de esclarecer como nos comunicamos apelando às convenções”; 3) a noção de “uma linguagem” não é uma noção operatória em semântica. Essas teses são contestadas por Dummett nos termos que seguem, respectivamente: 1) isso só vale para as características idiossincráticas dos idioletos; 2) “as convenções... são o que configura uma prática social; rechaçar o papel da convenção é negar que uma linguagem seja neste sentido uma prática”; 3) seguir Davidson neste ponto de vista implica que “nossas teorias do significado carecem de objeto” (RORTY, 1996, p. 227).

¹³ Neste ponto se evidencia a tese que deriva da definição não-essencialista e pragmática de significado: “uma mudança de crenças em grande escala é indistinguível da mudança em grande escala do significado de nossas palavras” (RORTY, 1993, p. 31).

¹⁴ Na sua concepção de filosofia, centrada no problema da verdade, Martin Heidegger foi fortemente contagiado por esta tese de Nietzsche, uma vez que, segundo ele, “a tarefa da filosofia é, em última instância, preservar a força das palavras mais elementares, em que o *Dasein* se pronuncia, a fim de que elas não sejam niveladas à incompreensão do entendimento comum, fonte de pseudoproblemas” (HEIDEGGER, 1977, p. 291).

¹⁵ Também neste ponto Heidegger é seguidor de Nietzsche, o que foi muito bem compreendido por Rorty.